

"Se o governo fracassar, haverá uma crise fiscal grave e volta da inflação", diz Garcia

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

Marcio Garcia, professor da PUC do Rio de Janeiro, "as medidas fiscais estão sendo desfiguradas no Congresso"

Se o novo governo fracassar em conter o crescimento dos gastos públicos, o Brasil poderá viver uma crise fiscal muito grave, o que trará a volta da inflação, com a economia estagnada, adverte o professor Marcio Garcia, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio.

"O principal risco é que os diversos interesses particulares com quinhões no orçamento público acabem impedindo a contenção do crescimento do gasto público previsto na PEC [proposta de emenda constitucional que limita a expansão das despesas da União]."

Ele observa que há movimentações nesse sentido de "setores organizados e poderosos" do funcionalismo e dos Estados. "As medidas fiscais estão sendo desfiguradas no Congresso", afirma Garcia. "Talvez tenhamos que viver uma crise econômica ainda maior para gerarmos capacidade política de realizarmos as reformas que têm que ser feitas."

Para garantir um crescimento mais robusto, porém, o ajuste fiscal não basta, diz Garcia. "Além da agenda fiscal, há toda uma agenda microeconômica que é fundamental para o crescimento: menor intervenção estatal, mais competição, menos protecionismo e mais inovação."

As reformas trabalhista, da Previdência e tributária são essenciais", diz Garcia, ao comentar as perspectivas para a economia depois do encerramento do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, o que deve ocorrer até o fim deste mês. A seguir, trechos da entrevista.

Valor: *Um ajuste fiscal que indique a estabilização da dívida como proporção do PIB num horizonte razoável é suficiente para garantir o retorno do crescimento a taxas mais elevadas? Quando o Brasil vai voltar a crescer entre 3% e 4%? E o que é preciso ser feito para isso?*

Marcio Garcia: Um ajuste fiscal é condição necessária, mas não suficiente, para a retomada do crescimento. Dada a ruína fiscal provocada pela política econômica da última década, mesmo ajustes fiscais duros, como o proposto pela PEC do gasto, envolverão algum crescimento da razão dívida/PIB durante os próximos anos, antes que a trajetória ascendente da razão dívida/PIB seja revertida, possibilitando estabilizá-la em patamar razoável (menos que 60%). Além da agenda fiscal, há toda uma agenda microeconômica que é fundamental para o crescimento: menor intervenção estatal, mais competição, menos protecionismo e mais inovação. As reformas trabalhista, da previdência e tributária são essenciais.

Valor: *Se a PEC do teto de gastos e uma reforma da Previdência com regras de transição não muito brandas forem aprovadas, isso é suficiente para resolver o problema fiscal ou serão necessárias outras medidas, como aumentos de impostos?*

Garcia: A reforma da Previdência terá efeitos a médio prazo. A curto prazo, é provável que aumentos de impostos se façam necessários. Apesar do nosso costume de tornar permanentes impostos provisórios, seria conveniente aprovar impostos com cláusulas de "pôr-do-sol", ou seja, dando um prazo definido para a existência do imposto e garantindo que, a menos de sua recriação, o imposto provisório deixe de existir após um período, preferivelmente curto. Naturalmente, tudo vai

dependem da capacidade de as medidas fiscais de fato conterem a velocidade do aumento real do gasto. Se a PEC for bem-sucedida, o gasto público deve ficar constante em valor real [descontada a inflação]. Com o crescimento do PIB, o peso do gasto público no PIB deve, portanto, cair.

Valor: *Passada a recuperação cíclica, quais componentes da demanda deverão liderar o crescimento?*

Garcia: Espera-se que a melhora no ambiente de negócios possibilitada pela aprovação das principais reformas produza significativo aumento do investimento, que deve, neste cenário otimista, liderar o crescimento.

Valor: *Quais armadilhas o país deve evitar para não cair numa situação de baixo crescimento por um período prolongado?*

Garcia: O principal risco é que os diversos interesses particulares com quinhões no orçamento público acabem impedindo a contenção do crescimento do gasto público previsto na PEC. Estamos vendo uma série de movimentações nesse sentido provenientes, por exemplo, de setores organizados e poderosos do funcionalismo público e dos Estados. As medidas fiscais estão sendo desfiguradas no Congresso. Se o novo governo fracassar, vamos viver uma crise fiscal grave e teremos a volta da inflação, com a economia estagnada. Infelizmente, acho que não se tem a exata dimensão da grandeza da crise fiscal que vivemos. Talvez tenhamos que viver uma crise econômica ainda maior para gerarmos capacidade política de realizarmos as reformas que têm que ser feitas. Oxalá eu esteja errado!

Valor: *Há quem veja a possibilidade de uma valorização mais forte do câmbio depois do fim do processo do impeachment. O real valorizado é um risco ao crescimento mais forte da economia?*

Garcia: A apreciação cambial temporária, proveniente de maiores fluxos de capitais antecipando a melhora da economia, é um possível problema. Talvez o problema que queiramos ter, pois o problema simétrico, o da depreciação cambial acentuada na esteira de eventual fuga de capitais temendo a insolvência fiscal, seria muito pior. Caso o ajuste fiscal ganhe consistência, o BC poderá acelerar a queda dos juros, o que deve ajudar a evitar, no cenário otimista, uma excessiva apreciação cambial. De toda forma, neste cenário, o BC dispõe de outras formas de intervenção no câmbio, as quais, se temporárias, podem ajudar a mitigar a apreciação. A ideia é que, quando a pressão fiscal diminuir, o Brasil possa se tornar um país com taxa de juro real alinhada com as dos demais países emergentes. Ambos os desenvolvimentos - menor pressão fiscal e menor taxa de juros - devem produzir taxa de câmbio real menos apreciada.